

1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE INDAIATUBA/SP

A **Dra. Patrícia Bueno Scivittaro**, MM^a. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Indaiatuba/SP, **FAZ SABER**, a todos quanto possam interessar que será realizado leilão público conduzido pelo Leiloeiro Oficial **EDUARDO JORDÃO BOYADJIAN, JUCESP nº 464**, por meio do portal www.hastavip.com.br, nos termos deste **EDITAL DE LEILÃO**, abaixo estabelecidos:

PROCESSO nº: 0013660-26.2005.8.26.0248 - Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: EMPÓRIO DO MARCENEIRO LTDA., CNPJ: 04.164.647/0001-00, na pessoa de seu representante legal

EXECUTADOS:

- **BANDEIRA COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA - ME**, CNPJ: 04.126.590/0001-54, na pessoa de seu representante legal
- **MARIA HOZANA ALEIXO DA SILVA DO CARMO**, CPF: 276.505.178-02 (**sócia da executada**)
- **CLEVERSON ODILON ANDRADE BANDEIRA**, CPF: 246.360.838-22 (**sócio da executada**)

1º LEILÃO: Início em **21/01/2022**, às **10:30hs**, e término em **24/01/2022**, às **10:30hs**. **LANCE MÍNIMO: LOTE 1 - R\$ 1.400,00; LOTE 2 - R\$ 800,00; LOTE 3 - R\$ 400,00; e, LOTE 4 - R\$ 400,00.** Caso não haja lance, seguirá sem interrupção ao:

2º LEILÃO: Início em **24/01/2022**, às **10:31hs**, e término em **14/02/2022**, às **10:30hs**. **LANCE MÍNIMO: LOTE 1 - R\$ 840,00; LOTE 2 - R\$ 480,00; LOTE 3 - R\$ 240,00; e, LOTE 4 - R\$ 240,00,** correspondentes a **60%** do valor de suas avaliações.

DA DESCRIÇÃO DOS BENS:

LOTE 1 - UMA TV MARCA LG, 49 polegadas, tela plana. **ÔNUS:** A **PENHORA** do bem encontra-se às fls. 271 dos autos. Consta, na r. decisão de fls. 215, a determinação para instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, cuja inclusão dos sócios da executada no polo passivo desta demanda encontra-se às fls. 240. **Avaliação:** R\$ 1.400,00, em outubro de 2019.

LOTE 2 - UMA TV MARCA SONY, 32 polegadas, 4K, tela LED. **ÔNUS:** A **PENHORA** do bem encontra-se às fls. 271 dos autos. Consta, na r. decisão de fls. 215, a determinação para instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, cuja inclusão dos sócios da executada no polo passivo desta demanda encontra-se às fls. 240. **Avaliação:** R\$ 800,00, em outubro de 2019.

LOTE 3 - UM RACK DE MDF, 1,50m, marrom e branco, duas gavetas (e prateleiras). **ÔNUS:** A **PENHORA** do bem encontra-se às fls. 271 dos autos. Consta, na r. decisão de fls. 215, a determinação para instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, cuja inclusão dos sócios da executada no polo passivo desta demanda encontra-se às fls. 240. **Avaliação:** R\$ 400,00, em outubro de 2019.

LOTE 4 - UM APARADOR DE MADEIRA. **ÔNUS:** A **PENHORA** do bem encontra-se às fls. 271 dos autos. Consta, na r. decisão de fls. 215, a determinação para instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, cuja inclusão dos sócios da executada no polo passivo desta demanda encontra-se às fls. 240. **Avaliação:** R\$ 400,00, em outubro de 2019.

ENDEREÇO DOS BENS: Rua Eliza Ghirotti, 746, Res. Monte Verde, Indaiatuba/SP, CEP 13348-872. **DEPOSITÁRIO:** Maria Hozana Aleixo da Silva do Carmo.

Débito da ação: R\$ 18.063,68, em novembro de 2019, a ser atualizado até a data da arrematação.

I - OBRIGAÇÕES E DÉBITOS: O bem será vendido no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado, verificar suas condições, antes das datas designadas para a alienação. As despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens, correrão por conta do arrematante. O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os débitos fiscais, os quais serão sub-rogados pelo preço da arrematação (art. 130, *caput* e parágrafo único, CTN).

II - PUBLICAÇÃO DO EDITAL E LEILOEIRO: O edital, com fotos e a descrição detalhada do bem a ser apregoado, será publicado na rede mundial de computadores, no portal www.hastavip.com.br (art. 887, §2º, do CPC), local em que os lances serão ofertados, e será conduzido pelo Leiloeiro Oficial, **Sr. Eduardo Jordão Boyadjian**, matriculado na JUCESP nº 464, na MODALIDADE ELETRÔNICA.

III - PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO: **a) À VISTA:** Por meio de guia de depósito judicial, no prazo de até 24hs, após o encerramento do leilão, a ser emitida pelo Leiloeiro e enviada por e-mail ao arrematante, sendo que o pagamento à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado; **b) PARCELADO (art. 895, CPC):** As propostas para pagamento parcelado devem atender aos requisitos da lei e devem ser enviadas antes do início de cada pregão para o Leiloeiro, no e-mail contato@hastavip.com.br, a serem apreciadas diretamente pelo MM. Juízo; e, **c) PELOS CRÉDITOS (art. 892, §1º, CPC):** Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exhibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará a diferença, no prazo de 3 dias, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação.

IV - COMISSÃO E SEU PAGAMENTO: A comissão do Leiloeiro será de 5% sobre o valor da arrematação, no prazo de 24hs após o encerramento do leilão, que **não** está incluído no valor do lance, por meio de **boleto bancário**. Na hipótese de acordo ou

remição após a realização da alienação, o Leiloeiro fará jus a comissão de 5%, sobre o valor da arrematação (art. 7º, § 3º, Res. CNJ nº 236/2016).

V - FALTA DE PAGAMENTO: O não pagamento do preço do bem arrematado e da comissão do Leiloeiro Oficial, no prazo aqui estipulado, configurará desistência ou arrependimento por parte do arrematante, podendo este ser impedido de participar de novos leilões judiciais (art. 897, CPC), bem como obrigado a pagar o valor da comissão devida ao Leiloeiro, conforme aqui estabelecido.

VI - CIENTIFICAÇÃO: Para fins do quanto disposto no art. 889, e seu parágrafo único, do CPC, ficam cientes as partes, seus respectivos cônjuges ou companheiros, e interessados acima informados ou não, os quais não poderão alegar desconhecimento diante de sua publicidade no sítio eletrônico informado.

Todas as regras e condições gerais de venda do bem e do Leilão estão disponíveis no Portal www.hastavip.com.br.

Este certame é regido pelas normas e penas previstas no Código de Processo Civil, Código Penal, Resolução CNJ nº 236/2016, Decreto nº 21.981/1932 e demais normas aplicáveis, em especial no que diz respeito à inadimplência, desistência, tentativa de impedir ou atrapalhar o certame e reparação de danos.

Não constam comunicado nos autos demais débitos, recurso ou causa pendente de julgamento sobre o bem imóvel penhorado até a presente data.

Eu, _____, diretor(a), conferi.

Indaiatuba, 3 de novembro de 2021.

Dr. Patrícia Bueno Scivittaro

Juíza de Direito